

# *Olhando o futuro no sexagésimo aniversário de Strukturwandel der Öffentlichkeit*

INTRODUCTION

## *Looking to the future on the sixtieth anniversary of Strukturwandel der Öffentlichkeit*

É discutível que *Strukturwandel der Öffentlichkeit* seja a obra maior de Jürgen Habermas. Mas parece inquestionável ser este seu trabalho aquele que alcançou uma maior projeção pública (e também no meio académico e da ciência). A imagem correspondente é a de Habermas como o grande teórico do espaço público – por muito que ao próprio autor este rótulo se mostre menos adequado e, talvez até, pouco verdadeiro.

Quando pensamos em espaço público, é verdade que esta imagem cria alguma opacidade sobre muito trabalho importante (e autores fundamentais) de que Habermas é, antes de mais, um grande devedor. Sem que a sua obra sobre o tema tenha elidido este facto: Kant, entre todos, tem aí uma presença cimeira, mas também Rousseau, Hegel e Marx, para além de um ilustre friso de liberais (Mill, Bentham, Tocqueville). Por outro lado, quando pensamos no conjunto da obra de Habermas, são também muitos (e importantes) os elementos de novidade que essa imagem como que apaga: as suas teorias da linguagem e da comunicação, confluentes numa teoria geral da ação (comunicacional),

a teoria da democracia e o princípio da deliberação, uma nova teoria crítica da sociedade (a partir da ética do discurso e da moral da comunicação) – para referir apenas alguns grandes marcos do seu percurso, que o projetaram a um lugar cimeiro do pensamento social do século XX (e já deste novo milénio).

Mas a realidade é o que é. “Habermas – o grande teórico do espaço público”, foi esta a realidade que se impôs ao longo do tempo e que, por certo, o continuará a perseguir. Na sua última passagem por Portugal, em 2013, discutiui a democracia na Europa – uma linha de fuga ao tema do espaço público. A visita marcava a edição em língua portuguesa (de Portugal) de *Strukturwandel der Öffentlichkeit*; mas apesar da satisfação pelo acontecimento editorial, o autor confessava o sacrifício que representaria visitar o tema numa comunicação formal. Mesmo assim, foi recordado o 50.º aniversário (à data) dessa sua “primeira obra” e reafirmada a atualidade do seu quadro teórico para lançar um olhar sobre o futuro. Habermas reconheceu os desafios que a nova realidade da comunicação coloca à sua teoria do

*João Pissarra Esteves*

Universidade Nova de Lisboa, ICNova

jj.esteves@fesh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3272-4105>

*Susana Borges*

Instituto Politécnico de Coimbra, ESEC, CEIS20

suborges@esec.pt

<https://orcid.org/0000-0002-4242-208X>

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_14\\_0](https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_0)

espaço público, mas também não deixou de reafirmar a sua convicção na capacidade de resposta desta teoria aos grandes problemas que hoje enfrentamos.

Entre diversas razões que terão contribuído para impor esta imagem intelectual de Jürgen Habermas está, certamente, a receção dispensada à obra no âmbito dos estudos de comunicação. Conceitos axiais desse trabalho – espaço público, opinião pública, públicos e, sobretudo, comunicação pública – tornaram-se ferramentas indispensáveis para gerações sucessivas de estudantes de comunicação (os organizadores deste número da revista *Mediapolis* incluídos). Seis décadas cumpridas após *Strukturwandel der Öffentlichkeit* ter sido dado à estampa, a sua atualidade deve-se, sobretudo, à originalidade do conceito de espaço público aí construído: entre ideia e ideologia, ou, de acordo com a terminologia de maior espessura epistemológica que o autor viria depois a consagrar, o espaço público entre normatividade e facticidade.

A ideia de um espaço público burguês não redutível a uma dimensão

estritamente ideológica ofereceu uma linha de fuga ao pensamento social crítico, possibilitando descobrir no interior da própria sociedade uma saída para os seus impasses, bloqueios, injustiças. Consubstancia essa ideia, primordialmente, o que se poderá entender como uma dimensão comunicacional (e ideal) do espaço público, enquanto esfera por excelência de comunicação pública, constituída em torno de um conjunto de práticas comunicacionais – a publicidade, a crítica e o debate – e, também, de um conjunto de critérios formais estruturantes (princípios ordenadores dessas práticas): a abertura da participação (que estabelece qualquer membro da sociedade dotado de capacidade racional – cidadão – como potencial interlocutor e participante de uma comunicação pública), a abertura temática (que estende este princípio de liberdade aos assuntos em discussão, reconhecido que seja o seu interesse público) e a paridade argumentativa (que estabelece a ideal suspensão das diferenças sociais estranhas à dinâmica da comunicação pública, ou seja, consagra um princípio geral de igualdade com relação à generalidade dos participantes do espaço público).

Os estudos comunicacionais fizeram de *Strukturwandel der Öffentlichkeit* uma referência maior deste domínio de conhecimentos, ao criarem condições para a concretização do próprio projeto epistemológico subjacente à obra. Por um lado, a obra permitiu alavancar um robusto corpo de projetos de pesquisa com propósitos assumidamente críticos, relacionados com as diferentes formas de comunicação pública, sempre mais tecnicamente sofisticadas e ideologicamente marcadas – das *public relations* ao *advertising* e à própria informação (por exemplo, mais recentemente, enquanto *infotainment* ou *fake news*). Por outro lado, inspirou também uma perspectiva que nunca perdeu de vista o potencial emancipatório da comunicação pública, ou seja, foi capaz de preservar esta esfera da razão mesmo no interior de sociedades fortemente colonizadas – uma razão comunicacional (crítica) como possibilidade de resistência à razão instrumental (que a nível da própria comunicação pública se manifesta como deriva ideológica).

A celebração de 60 anos de uma obra académica não pode ser um mero ritual de calendário, estando reservada a casos muito excepcionais.

É necessária toda uma mobilização intelectual que, no caso que aqui nos ocupa, teve o contributo de muitos outros autores, provenientes de áreas de estudo diversas, para os quais *Strukturwandel der Öffentlichkeit* se tornou uma referência dos seus trajetos (e formação do pensamento). O resultado foi como que o prolongamento da vida da obra na sequência quer dos debates à sua volta, quer dos desenvolvimentos alcançados, também em diferentes áreas de estudo, sobre questões teóricas, metodológicas e epistemológicas nucleares do trabalho inicial.

A atualidade de *Strukturwandel der Öffentlichkeit* – e o motivo da presente efeméride – deve-se muito a este tipo de movimentação em torno do livro, mas a participação do autor não pode ser esquecida. As referências ao espaço público na obra de Jürgen Habermas são inúmeras e recorrentes, mas mais importantes são as atualizações da sua própria teoria do espaço público, basicamente condensadas em três textos fundamentais: o novo Prefácio escrito para a reedição de 1990 da obra; algumas breves notas em forma de diálogo com

participantes de uma conferência na Universidade da Carolina do Norte, em 1989, comemorativa da tradução em língua inglesa do livro – “Concluding Remarks”, integrando o *reader* dessa conferência, organizado por Craig Calhoun, *Habermas and the public sphere* (1992); e, finalmente, o longo capítulo sobre Sociedade Civil e Opinião Pública, incluído em *Faktizität und Geltung* (1992). Não existe uma versão atualizada da obra, mas as revisitações proporcionadas pelos três textos referidos fornecem a atualização substancial da sua teoria do espaço público. Essa atualização resultou das discussões em torno da obra e tomou a forma de reações do autor às críticas recebidas, às lacunas identificadas na pesquisa original, a sugestões para desenvolvimento e aprofundamento de ideias, etc.

Não é aqui possível fazer o mapeamento exaustivo de todas essas linhas de discussão abertas por *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Tão pouco esse é o objetivo do presente número da revista *Mediapolis*, no qual se explora, contudo, um importante filão de debates em torno do que podemos considerar as provas

de atualidade da teoria do espaço público, com referência às atuais sociedades modernas desenvolvidas (democracias de massa de capitalismo organizado). Grande parte dos textos aqui apresentados inscrevem-se numa discussão sobre as mudanças sociais, políticas, culturais, comunicacionais, etc. ocorridas nas nossas sociedades, entre as últimas décadas do século passado e este primeiro quartel do novo milênio quase já cumprido; a confrontação dessas mudanças com a teoria apresentada no livro, a título de uma espécie de teste de validade à proposta em questão.

Em seguida passaremos em revista, brevemente, as grandes linhas desta frente de discussão em torno (ou a partir) de *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, num exercício que poderá servir como uma espécie de roteiro de acompanhamento dos próximos capítulos de vida da obra.

Começando pela hipotética idealização habermasiana do conceito de espaço público – matéria que transcende amplamente qualquer análise mais circunscrita à contemporaneidade. O apontamento da ideologização do espaço público

serve, habitualmente, como alerta para a possível insuficiente atenção dispensada pelo autor às distorções, desequilíbrios, exclusões (em termos de razão e de comunicação) presentes nesta estrutura em concreto do público. Os exemplos referem-se à situação da imprensa (e mais amplamente dos *media*), à participação em discussões públicas e às matérias reconhecidas como de interesse público, para referir os mais discutidos; estes exemplos são recolhidos de análises da contemporaneidade, mas podem reportar a situações do passado (a épocas mais presentes na recolha empírica tratada na obra). Percutindo com maior atenção a contemporaneidade, destaca-se a crítica feminista, quer pela quantidade e qualidade das interlocutoras presentes (sobretudo mulheres), quer pelo eco que conseguiram junto de Habermas.

Embora na obra de 1962 não se possa dizer que as mulheres se encontram ausentes, a insuficiente atenção à estrutura patriarcal da família burguesa e à ausência de direitos políticos e cívicos reconhecidos às mulheres (e por elas realmente assumidos), nas sociedades modernas

(e por aí adiante) na Europa e no continente americano, não permitiu ao autor apreender o caráter realmente patriarcal da estilização burguesa de espaço público. Pelo contrário, foi este modelo (patriarcal) que Habermas acabou por adotar na sua conceção de um espaço público universal; o que significa que a situação de desigualdade que lhe é própria, no que respeita à presença das mulheres no espaço público (à semelhança do que se verifica na generalidade das estruturas sociais), além de não ser tida em consideração, é na verdade diluída (e iludida) no seu modelo teórico. O problema é realmente sério e está longe de se poder circunscrever a uma discussão sobre qualquer genérica igualdade (de acesso, voz, poder de deliberação, etc.) a conquistar dentro do modelo existente, antes põe em questão as regras do próprio jogo: é a própria estrutura do modelo de espaço público que posiciona – *a priori* e para todo o sempre – desfavoravelmente as mulheres (em situação de inferioridade).

A marca patriarcal desta estrutura radica na distinção público/privado, dada a sua orientação em termos de

género: o modo como esta diferença está concebida separa atividades, formas de comportamento, experiências, sentimentos, linguagens, etc., posicionando, de um lado, o feminino (no privado, ou seja, em posição de inferioridade) e, do outro, o masculino (como sinónimo de público). Por maiores que sejam as lutas pela igualdade (ou até as conquistas alcançadas), com estas regras de jogo, a diferença estabelecida à partida nunca poderá ser alterada; o máximo a que as mulheres podem aspirar é a tornarem-se mais parecidas com os homens, mas à custa da sua própria desfeminização. Em suma, antes de qualquer luta em concreto (das mulheres) por igualdade, há uma distorção estrutural a resolver, que constitui a identidade feminina como diferença, num universo estabelecido em si mesmo como masculino – o universo do espaço público, da política, da cidadania, do homem como sinónimo de humanidade.

A resposta de Habermas a esta crítica é a ilustração da vivacidade que o debate em torno do espaço público mantém. Do seu ponto de vista, a pertinência da crítica não

justifica o tremendismo de se pôr em causa a continuidade do próprio espaço público; Habermas não encontra justificação para as nossas sociedades descartarem, pura e simplesmente, um elemento estrutural de modernidade desta importância, considerando que no jogo do espaço público – nos seus jogos de linguagem – a possibilidade de alteração das regras do jogo não está afastada. São as próprias lutas feministas, ao assumirem o espaço público como um dos seus palcos de eleição, que fornecem ao autor amparo para esta posição: lutas estabelecidas no interior do espaço público, que recorrem às armas da linguagem e do discurso, tendo em vista alcançar realmente uma alteração das estruturas (patriarcais) das nossas sociedades – espaço público incluído.

A realidade do público foi constituída historicamente com características masculinas – as quais permanecem ainda hoje, em larga medida. Mas também devido à sua constituição (comunicacional e racional), tais características não podem ser consideradas imutáveis. As lutas das mulheres são disso mesmo prova,

mas não caso único: outras lutas sociais, ao longo dos últimos séculos, têm igualmente conjugado o problema das exclusões (distorções e desvios) no espaço público.

Exemplo de tais lutas são aquelas que acabaram por contribuir para a abertura de uma outra frente de crítica à obra de Habermas: sobre a questão do chamado espaço público plebeu – referido pelo autor na sua investigação, mas substancialmente desconsiderado. O espaço público plebeu não era mais do que uma ideia não concretizada e, além disso, concebida como, essencialmente, uma mera réplica do espaço público burguês.

Também esta crítica viria a ser reconhecida por Habermas, resultando na revisão da sua tese original quanto a um espaço público unitário e homogêneo. Além da questão das classes sociais, a dinâmica de um processo de desenvolvimento marcado pela crescente complexidade social e pluralismo cultural põe ainda mais em evidência o caráter plural do presente espaço público; o espaço público plebeu do passado, por muito irregular (ou até inconsequente) que tenha sido a sua concretização, não

deixa de ser a primeira ilustração notável da heterogeneidade que, de certo modo, sempre caracterizou o espaço público das sociedades modernas. Não existe – nunca realmente existiu – *um único* (apenas) espaço público moderno, mas uma *diversidade* de espaços públicos, entre si sobrepostos e, também, numa relação de certa tensão e conflitualidade.

A prova de resistência ao tempo da obra de 1962 assume um certo sentido de pluralismo, como veremos de seguida, explorando brevemente uma outra importante linha de discussão. O foco desta frente de debate está apontado à segunda parte da obra, que trata a “mudança estrutural” mais recente (à época) do espaço público - a viragem que ocorre entre finais do século XIX e início do século XX (em certos aspetos que se estende ao pós-Segunda Grande Guerra). Nessa crítica está em causa uma perspectiva mais sombria do autor sobre o espaço público (resultante da referida mudança e, mais genericamente, da própria dinâmica de desenvolvimento das sociedades modernas).

Se tivermos presente que a teoria crítica da sociedade representa a raiz

mais remota (mas principal) das ideias mais importantes que percorrem *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, as críticas aqui exploradas anteriormente constatarão um certo afastamento de Habermas em relação a Frankfurt; já esta nova frente de discussão questiona exatamente o contrário: a excessiva proximidade a Frankfurt, pelo posicionamento crítico mais radicalizado assumido pelo autor. Isto é mais evidente na discussão das transformações do espaço público numa etapa mais avançada de desenvolvimento das sociedades modernas, na sequência da elevação da conflitualidade social, da perda da homogeneidade da sociedade civil e, como resposta a estas dificuldades, a formação de um Estado Social e a reconfiguração política da democracia moderna como democracia de massa. De acordo com os críticos, o radicalismo de Habermas nestas matérias é evidente tanto na interpretação pessimista dos acontecimentos (a tese da refeudalização do espaço público), quanto na ausência de qualquer perspectiva capaz de conter este movimento – uma espécie de conformismo desencantado face à “dialética negativa” do progresso.

Existem, no entanto, fios imperceptíveis que permitem ligar estas duas frentes de crítica: a relação que se estabelece entre, por um lado, a idealização burguesa do espaço público e, por outro, a perspectiva pessimista quanto à sua transformação estrutural. Demasiado focado numa certa estilização (burguesa) do espaço público, é como se Habermas tivesse ficado sem linha de fuga para pensar as possibilidades de transformação do espaço público moderno – com a crise desse mesmo grande formato histórico. É verdade que na obra de 1962, Habermas não dispõe ainda de uma perspectiva suficientemente clara quanto a esferas públicas alternativas, cuja manifestação, no âmbito das sociedades ocidentais mais desenvolvidas, só foi possível mais pelo final dessa década. O autor fica, assim, de certo modo, preso à constatação da decadência do espaço público burguês e acaba por se afundar numa visão essencialmente pessimista sobre o rumo das sociedades modernas.

Considerando a data de publicação, *Strukturwandel der Öffentlichkeit* aborda uma realidade do espaço

público que não pôde ir muito além da primeira metade do século passado. Seria a história dos anos seguintes (e só mais a partir de finais de 1960) a abrir novos horizontes, com as lutas estudantis (na Alemanha e, depois, em França), a contestação em torno dos direitos cívicos e contra a Guerra do Vietname (nos EUA), o movimento feminista e as lutas das mulheres, ou as manifestações emergentes de contracultura. Mais para diante ainda, próximo do final do século, a queda do Muro de Berlim e a derrocada do bloco soviético trouxeram novos motivos para repensar as sociedades ocidentais; no seu conjunto, todas estas movimentações colocaram no terreno outras formas de espaço(s) público(s) – diferentes e até alternativas ao modelo burguês que, entretanto, se havia institucionalizado (com a ascensão da classe social que constituiu a sua base de sustentação, no plano económico, cultural e, depois, político). O pessimismo que perpassa na investigação de Habermas encontra explicação em larga medida nessa dificuldade de percepção de qualquer espaço público alternativo (ou plural) nas sociedades ocidentais.

O desenvolvimento desta linha crítica, com o próprio Habermas como participante, trouxe um contributo próprio para o prolongamento da vida da obra. Os escritos posteriores do autor registam interesse pela nova dinâmica da sociedade civil e valorizam a participação dos novos movimentos sociais, trazendo assim uma outra luz – de maior otimismo – sobre a presente situação do espaço público, da própria ideia de democracia e sobre o futuro das nossas sociedades. A ideia de democracia deliberativa é o escopo político por excelência de todo este trabalho: uma democracia concebida teoricamente de forma radical (com base numa cidadania comunicacional e participativa), mas pensada ao mesmo tempo prospetivamente de uma forma otimista, enquanto possibilidade de futuro em aberto.

Neste entrosamento mais complexo entre espaço(s) público(s) e democracia, o pensamento de Jürgen Habermas adquire um carácter mais procedimental; por aqui passa a distinção que passará a orientar a compreensão do espaço público nos nossos dias (o seu funcionamento nas sociedades complexas e pluralistas): a

distinção entre públicos fracos – ligados de forma mais direta, espontânea e desorganizada à sociedade civil, onde circulam as energias vitais que alimentarão os processos de opinião e de constituição das identidades sociais – e públicos fortes (quase institucionais) – aos quais cabem, ainda, funções reforçadas de formação da vontade política e definição dos processos de decisão. Públicos fracos não significa menos importantes, pelo contrário: deles dependem, em última instância, os públicos fortes. A maior proximidade à sociedade civil (às suas dinâmicas, sensibilidades, expectativas, etc.) é a garantia da abertura do sistema político, ou seja, que os problemas percebidos a nível das múltiplas redes informais da vida quotidiana (e reconhecidos como de interesse público) terão chance de ascender aos níveis superiores da decisão política, após o seu encaminhamento através dos públicos fortes (de que os parlamentos são o principal exemplo).

É no encadeamento destes diferentes tipos de públicos e, depois, na sua articulação com os órgãos formais de decisão que se

define a cadeia de circulação de um poder comunicacional alternativo. Este termo toma aqui um duplo sentido: o poder comunicacional como um poder paralelo, por assim dizer, ao poder que emana estritamente do sistema político, mas também (e mais importante), o poder comunicacional enquanto fonte de legitimidade alternativa ao poder administrativo (da burocracia do Estado) e que, assim, a este deve sobrepor-se.

Deste modo se fecha aqui um breve traçado sobre os primeiros 60 anos de vida de *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, concluindo com uma antevisão, ainda mais breve, das possibilidades de vida futura que se abrem a esta obra, conforme a situação atual das discussões em torno do espaço público permite antecipar.

No artigo que abre esta edição da *Mediapolis*, Philip Schlesinger aborda a atual situação transicional do espaço público, assinalando a rápida mudança da comunicação dos *media* de massa para o sistema de *media* híbridos, em que a crescente influência das plataformas da Internet

suscita desafios complexos no que respeita à sua regulação.

O autor identifica como a ordem comunicativa tem vindo a ser classificada de modo antagónico – entre “abertura” e “fechamento” -, como acontece no debate sobre a “liberdade” dos *media*, numa caracterização que se tem estendido aos regimes políticos em que esses atuam. Sinaliza a “impressionante continuidade” entre as tipologias de *media* na época da Guerra Fria e as tipologias rivais de “regulação da Internet”, associando o recuo do pós-nacionalismo à re-militarização da comunicação global, que tem vindo a provocar um fechamento no espaço comum.

A “viragem emocional” dos estudos do espaço público (também analisada detalhadamente por Gil Baptista Ferreira) complementa a natureza racionalista da conceção habermasiana, mas os estudos da comunicação populista alertam para os perigos de certos modos de manipulação emocional em sociedades pós-democráticas. A retórica de confronto contribui para exacerbar emoções e fomentar a xenofobia, num espaço comunicacional pautado pelo desrespeito, que

a designação “pós-espaço público” caracteriza cabalmente, sinalizando, em simultâneo, o colapso do modelo existente e a incerteza quanto ao futuro. O desafio normativo prende-se com a assunção de que um espaço de comunicação aberto é essencial para a política democrática. Na fase atual do capitalismo, dominado por grandes empresas tecnológicas, a questão da regulação da Internet implica cooperação internacional. O autor conclui que as decisões que forem tomadas nesta matéria condicionarão a evolução do espaço público.

Esse dever é também assinalado por Ângela Marques e por Luís Martino que identificam profundas ambivalências no conceito de espaço público ao longo do tempo: na formulação original (1962), no prefácio à edição inglesa (1990) e atualmente. A evolução do pensamento habermasiano no que respeita à comunicação – inicialmente associada sobretudo aos *media*, na linha da conceção da indústria cultural de Frankfurt e, depois, à luz do interacionismo simbólico de Mead –, enfatiza a sua dimensão relacional e posiciona-a como categoria central na ação comunicativa. As exigências

normativas colocadas ao espaço público implicam um real debate e não a mera exposição a outras opiniões; os *media* são, sobretudo, um espaço de autorrepresentação de quem tem notoriedade social.

Esta ideia tem consequências, desde logo na questão da visibilidade já que o domínio da cidadania é a esfera pública da vida social. Os professores brasileiros sublinham que a designação *Strukturwandel der Öffentlichkeit* remete para a “publicidade” e para “publicitar”, no sentido de tornar público (Samuel Mateus defende que a publicidade é o princípio que melhor caracteriza a ação pública e a diversidade da ação comunicativa). Por outro lado, quer o acesso aos *media* é desigual, quer a representação mediática da diferença é problemática. A empatia (“colocar-se no lugar do outro”) – conceito nuclear na reflexão de João Carlos Correia – é fundamental para a compreensão recíproca necessária a uma comunicação orientada para o entendimento. A crítica feminista, lembram os autores, defende a necessidade de aprofundar o conceito de empatia de modo a incorporar a exigência ética

da transformação das desigualdades e das assimetrias de poder no espaço público (elementos-chave na análise de Maria João Silveirinha). Ângela Marques e Luís Martino concluem que o espaço público mantém a sua importante função de tematização das desigualdades e violências que proliferam no ódio e no repúdio pelas diferenças que obstaculizam o desenvolvimento da ética comunicacional.

A exclusão das mulheres da esfera pública “burguesa” – que levaria Jürgen Habermas a reconhecer a “cegueira ao género” – é revisitada por Maria João Silveirinha, que reflete sobre as limitações aos progressos das mulheres na participação pública à luz das mutações do espaço público, sublinhando como a participação plena e igualitária na vida pública é uma condição fundamental do conceito habermasiano. O sexismo, a misoginia e a cultura de violação são tópicos de investigação dos estudos feministas da comunicação que têm refletido sobre o espaço público na sua relação com o ativismo nos *media* digitais. A professora da Universidade de Coimbra defende ser crucial ter em conta as novas formas de exclusão



quer em termos de publicidade, quer de reconhecimento das identidades (e as suas formas de afirmação), que as mulheres experienciam no quotidiano nos espaços digitais, e não apenas naqueles considerados como espaços públicos. Salienta ainda como o novo ambiente mediático tem criado oportunidades sem precedentes para a circulação de um discurso antifeminista misógino que, embora sempre tenha existido, se tornou parte da vida *online*. A autora sustenta ser necessário reavaliar políticas dos *media* e da comunicação para que as relações entre género, *media* e políticas digitais possam ser pensadas de modo a remover obstáculos à concretização da igualdade de género.

João Carlos Correia destaca a natureza ambivalente da cultura e dos *media* na democratização da sociedade. No universo da tecnologia digital, concretamente como resultado da virtualização, identifica um empobrecimento e um despolitizar da experiência que se traduz em atitudes de descomprometimento moral e cívico que desembocam em incivilidade, dos quais as *personas* de líderes como Trump ou Bolsonaro

corporizam um autoritarismo complementar da desumanização do “Outro”. O professor da Universidade da Beira Interior considera que as exigências de empatia e de reconhecimento estão ausentes nos processos de mediação contemporâneos, em boa parte canalizados para a virtualização das relações humanas. O conceito de empatia (*Einfühlung*) torna-se o eixo em torno do qual desenvolve a sua reflexão sobre o universalismo situado, entendido como proposta que confere a esta expressão de emoção estatuto de fundamento de uma comunicação assente na razão expressiva – e não só na razão argumentativa, como no modelo habermasiano. A perceção do corpo do outro é o que permite o seu reconhecimento como alguém idêntico a mim, formando a base da intersubjetividade que permite uma interação social eticamente significativa porque assente em processos de constituição recíproca.

A dimensão emocional do espaço público é objeto da reflexão de Gil Baptista Ferreira que analisa o modo como o afeto e as emoções podem ser considerados na participação cívica, nomeadamente nos *media* sociais.

A natureza racional da interação discursiva do espaço público habermasiano obnubila a diversidade de formas comunicativas que existem no quotidiano, com relevância política, e que devem ser incluídas nas práticas deliberativas. Refletindo sobre a comunicação em espaços digitais – e detendo-se também no caso da informação jornalística –, o autor defende que a conversação política quotidiana tem um valor expressivo e pode contribuir para aumentar o envolvimento cívico. A participação na deliberação implica que os indivíduos não só se envolvam cognitivamente e normativamente, mas também que se comprometam emocionalmente. Contudo, o apelo emocional comporta também riscos, de que o populismo é um dos exemplos. O professor do Instituto Politécnico de Coimbra conclui que a integração das emoções no espaço público implica considerar essa dimensão como parte das ações racionais, tendo em vista fomentar uma maior inclusão na vida pública, mas sem esquecer a necessidade de contenção de derivas “pós-racionais”.

Samuel Mateus sustenta que a publicidade, enquanto princípio

sócio-antropológico, é mais adequada para retratar a atividade comunicativa e a ação pública do que o conceito de espaço público, que considera demasiado restritivo devido à natureza crítico-racional da deliberação. O autor vê a publicidade como uma realidade empírica pré-política e pré-institucional, que se concretiza por um processo comunicativo que ocorre em quase todas as interações sociais e que está profundamente ligado ao imaginário de todos os membros de uma sociedade. Já o espaço público é um *construto* com referência a práticas institucionais e a processos políticos específicos, pelo que os efeitos da sua degeneração sobre a ação pública requerem uma reavaliação, dado que essa ação inclui emoções, práticas comunicativas não-linguísticas e complexas formas de visibilidade. Para o professor da Universidade da Madeira, a publicidade como princípio geral da atividade pública responde à necessidade de compreensão universal, sendo abrangente e inclusiva da ação pública; centra-se na interação comunicativa, na disseminação dos discursos sociais e remete para a ação comunicativa dispersa e

descentralizada que ocorre no quotidiano. A publicidade é um princípio geral de comunicação inerente à interação simbólica, operando como mediadora no processo de integração social. Permite viver no mundo e construir mundo através da produção e reprodução de imaginários sociais.

Sofia Ribeiro debruça-se sobre a comunicação acessível, no sentido de “aquilo que é fácil de entender”, como instrumento para democratizar o acesso à informação. No quadro dos estudos da Comunicação Estratégica, pensa a comunicação entre a organização e os seus públicos na perspectiva da ação comunicativa orientada para o entendimento; e a comunicação acessível como algo que vai além da conceção habitual de dotar as mensagens com características que possibilitam o seu entendimento por cidadãos com deficiências físicas ou cognitivas. Deve antes ser entendida como “liberdade de uso” (não mera disponibilidade de uso), para que possam ser consideradas características sociais, culturais ou económicas limitadoras da possibilidade de manuseamento eficaz da informação disponibilizada.

A autora procede a um estudo de caso da comunicação digital do programa *Edifícios + Sustentáveis*, concluindo que essa não cumpre os requisitos de acessibilidade, barreira tão mais importante a potenciais interessados por não existirem locais físicos onde obter informação.